

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

TEXTO - Ressentimento e Covardia

Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita.

No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades. Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história.

Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso. Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas. Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também. E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório.

Nada disso, por ora, acontece na internet. Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade. (Carlos Heitor Cony, *Folha de São Paulo*, 16/05/2006 – adaptado)

1

O título dado ao texto – Ressentimento e Covardia – se refere:

- (A) à motivação de participação de alguns usuários da internet;
- (B) aos sentimentos experimentados pelos que se sentem prejudicados pela internet;
- (C) respectivamente, aos usuários e autores de matérias na internet;
- (D) a todos aqueles que se utilizam da internet, cientes de sua impunidade;
- (E) aos usuários que lutam pela autêntica liberdade de expressão.

2

O segmento sublinhado que exerce uma função sintática diferente das demais é:

- (A) “Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas, os usos da internet”;
- (B) “...que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação”;
- (C) “A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei”;
- (D) “...como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita”;
- (E) “Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história”.

3

O segmento do texto em que o emprego da preposição EM indica valor semântico diferente dos demais é:

- (A) “Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas”;
- (B) “A maioria dos abusos, se praticados em outros meios”;
- (C) “... seriam crimes já especificados em lei”;
- (D) “...a comunicação virtual está em sua pré-história”;
- (E) “...ainda que em citação longa e sem aspas”.

4

“No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades”.

O acento grave indicativo da crase empregado nesse segmento é devido ao mesmo fator da seguinte frase:

- (A) À noite, todos os gatos são pardos;
- (B) Pagar à vista é coisa rara hoje em dia;
- (C) Entregou o livro à aluna;
- (D) Saiu à procura da namorada;
- (E) Ficava contente à proporção que superava os obstáculos.

5

Ao afirmar que, na internet, prevalece a lei do cão, o cronista quer dizer que na internet:

- (A) predomina a violência gratuita;
- (B) domina a impunidade;
- (C) fatos não precisam ser comprovados;
- (D) erros são punidos de imediato;
- (E) impera a lei do mais forte.

6

“Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação”.

Sobre a estrutura oracional desse primeiro período do texto, é correto afirmar que possui:

- (A) orações coordenadas e subordinadas;
- (B) duas orações subordinadas;
- (C) uma oração coordenada;
- (D) quatro orações;
- (E) duas orações coordenadas.

7

A crítica central do texto de Carlos Heitor Cony se dirige:

- (A) ao excesso de plágios existentes na internet;
- (B) à falta de uma legislação específica para a internet;
- (C) às ofensas anônimas que são dominantes na internet;
- (D) à perda de direitos autorais para quem escreve;
- (E) ao anonimato da rede.

8

Duas palavras do texto que obedecem à mesma regra de acentuação gráfica são:

- (A) indébita / também;
- (B) história / veículo;
- (C) crônicas / atribuídos;
- (D) coíba / já;
- (E) calúnia / plágio.

9

A internet tem produzido uma série de neologismos semânticos, ou seja, vocábulos antigos a que foram acoplados sentidos novos; NÃO está nesse caso:

- (A) sítio;
- (B) navegar;
- (C) deletar;
- (D) arquivo;
- (E) provedor.

10

“Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer”.

Se reescrita no plural, a melhor forma dessa frase será:

- (A) Jornais e revistas são processados se publicar sem autorização do autor um texto qualquer;
- (B) Jornais e revistas são processados se publicarem sem autorização dos autores uns textos quaisquer;
- (C) Jornais e revistas são processados se publicar sem autorizações dos autores um texto qualquer;
- (D) Jornais e revistas são processados se publicarem sem autorizações dos autores uns textos quaisquer;
- (E) Jornais e revistas são processados se publicarem sem autorização do autor um texto qualquer.

11

“Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história”.

Com essa frase do texto, o cronista quer dizer que a comunicação virtual:

- (A) atravessa uma fase de problemas morais;
- (B) mostra ainda uma série de defeitos;
- (C) está na etapa inicial de sua caminhada;
- (D) passa por um momento de grande progresso;
- (E) demonstra ser um avanço tecnológico único.

12

“... que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso”.

Nesse segmento do texto, a locução “podem ser” forma uma só oração por tratar-se de uma locução não verbal; a forma abaixo que constitui duas orações por NÃO se tratar de locução verbal é:

- (A) querem ser;
- (B) devem ser;
- (C) gostam de ser;
- (D) vão ser;
- (E) fazem ser.

13

O próprio autor classifica o seu texto no gênero textual denominado “crônica”; a característica desse gênero presente no texto é:

- (A) uma narrativa de fatos curiosos;
- (B) uma descrição de cenas interessantes;
- (C) um comentário de fatos do momento;
- (D) uma discussão sobre temas polêmicos;
- (E) uma apreciação crítica de um fato passado.

14

O item abaixo em que os dois vocábulos citados NÃO fazem parte da mesma família de palavras é:

- (A) falir / falência;
- (B) provir / provisão;
- (C) deter / detenção;
- (D) dispensar / dispensa;
- (E) fugir / fuga.

15

Muitos termos do texto aparecem ligados pela conjunção E; ocorre inadequação na troca de posição dos elementos sublinhados em:

- (A) “... que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação”;
- (B) “... que pune injúrias, difamações e calúnias”;
- (C) “bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita”;
- (D) “...os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades”;
- (E) “Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas”.

16

A palavra do texto que NÃO segue o mesmo processo de formação que as demais é:

- (A) ressentimento;
- (B) covardia;
- (C) legislação;
- (D) importante;
- (E) veículo.

17

O texto mostra uma série de elementos aditivados por meio de diferentes processos; o trecho em que NÃO ocorre qualquer tipo de adituação é:

- (A) “... que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação”;
- (B) “A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa”;
- (C) “... que pune injúrias, difamações e calúnias”;
- (D) “...bem como a violação dos direitos autorais”;
- (E) “... a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita”.

18

“Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas...”; o segmento destacado mostra um vocábulo que, se trocado de posição, traz mudança de sentido e de classe gramatical.

O mesmo pode ocorrer no seguinte segmento:

- (A) pobre homem;
- (B) barbeiro turco;
- (C) grande sujeito;
- (D) bom livro;
- (E) variado cardápio.

19

“Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíbe não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação”.

Sobre as ocorrências do vocábulo *que*, nesse segmento do texto, é correto afirmar que:

- (A) são pronomes relativos com o mesmo antecedente;
- (B) exemplificam classes gramaticais diferentes;
- (C) mostram diferentes funções sintáticas;
- (D) são da mesma classe gramatical e da mesma função sintática;
- (E) iniciam o mesmo tipo de oração subordinada.

20

“Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíbe não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita”.

Nesse segmento do texto, o termo sublinhado que NÃO estabelece coesão com nenhum termo anterior é:

- (A) aqui;
- (B) que;
- (C) importante e eficaz veículo de comunicação;
- (D) abusos;
- (E) a.

21

“E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório”.

O verbo *falsear* apresenta como forma errada de conjugação:

- (A) falseamos;
- (B) falseias;
- (C) falseemos;
- (D) falseie;
- (E) falseiam.

22

“Tenho comentado aqui na *Folha* em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíbe não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação”.

O problema de norma culta identificado nesse segmento do texto é:

- (A) a redundância desnecessária de “aqui/na *Folha*”;
- (B) a ausência de vírgula antes de “mas”;
- (C) a ausência de vírgula depois de “*Folha*”;
- (D) o emprego de plural indevido em “os usos”;
- (E) a repetição de adjetivos antes de “veículo”.

23

“Tenho comentado aqui na *Folha*”; o tempo verbal destacado nesse segmento inicial do texto indica uma ação que:

- (A) se iniciou e terminou no passado;
- (B) mostra início indeterminado e continuidade no presente;
- (C) indica repetição sem determinação de tempo;
- (D) se iniciou no passado e termina no presente;
- (E) se localiza antes de outra ação também passada.

24

O segmento abaixo em que a conjunção OU tem valor claramente alternativo é:

- (A) “No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades”;
- (B) “Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados”;
- (C) “...que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso”;
- (D) “Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas”;
- (E) “Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também”.

25

“Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade”.

Para que esse segmento do texto ficasse mais bem escrito, deveríamos substituir:

- (A) “a lei do cão” por “anarquia”;
- (B) “liberdade de expressão” por “liberdade expressiva”;
- (C) “ressentidos e covardes” por “ressentimento e covardia”;
- (D) “liberdade” por “libertários”;
- (E) “verdadeira liberdade” por “liberdade verdadeira”.

26

“Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história”.

A utilização do termo “pré-história” mostra um tipo de linguagem figurada denominado:

- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) pleonasma;
- (D) paradoxo;
- (E) hipérbole.

27

O segmento do texto que mostra um problema de coerência é:

- (A) “Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral”;
- (B) “...os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso”;
- (C) “Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas”;
- (D) “Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também”;
- (E) “E em caso de falsear a verdade propositadamente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório”.

28

Observe a charge abaixo.



No caso da charge, a crítica feita à internet é:

- (A) a criação de uma dependência tecnológica excessiva;
- (B) a falta de exercícios físicos nas crianças;
- (C) o risco de contatos perigosos;
- (D) o abandono dos estudos regulares;
- (E) a falta de contato entre membros da família.

29

A frase do menino na charge – “naum eh verdade” – mostra uma característica da linguagem escrita de internautas que é:

- (A) a sintetização exagerada;
- (B) o desrespeito total pela norma culta;
- (C) a criação de um vocabulário novo;
- (D) a tentativa de copiar a fala;
- (E) a grafia sem acentos ou sinais gráficos.

30

O humor da tira é trazido pela frase do menino, que marca a influência da internet, mas a charge tem uma incoerência, que é:

- (A) o menino mostra uma idade que ainda não permite o controle da internet;
- (B) os pais mostram uma completa distância do universo dos internautas;
- (C) a absoluta falta de autoridade dos pais diante de um menino tão jovem;
- (D) na fala do menino não haveria sinais da presença da internet;
- (E) as palavras do menino contrariarem a observação dos pais.

Conhecimentos Específicos

31

José, Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, foi aposentado por invalidez. Ocorre que, seis meses depois, foi realizada perícia por junta médica oficial, que declarou insubsistentes os motivos da sua aposentadoria.

De acordo com o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, o retorno de José às suas atividades ocorrerá por meio do provimento derivado da:

- (A) reintegração, que far-se-á em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido;
- (B) readaptação, que far-se-á no mesmo cargo de origem, aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade, respeitado o interesse do serviço público;
- (C) recondução, que far-se-á em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental;
- (D) reversão, que far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação;
- (E) ascensão, que far-se-á em um cargo efetivo de igual denominação, com mesma remuneração do cargo originário.

32

Ao tratar do ingresso e investidura nos cargos de provimento efetivo das carreiras dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, a Lei Estadual nº 7.889/2017 estabelece que:

- (A) o Poder Judiciário não pode incluir, em qualquer hipótese, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter eliminatório, classificatório e eliminatório, ou, apenas, classificatório;
- (B) o candidato nomeado e empossado no primeiro padrão da classe “A” respectiva terá sua lotação decidida por critérios discricionários, sendo irrelevante, para tal fim, a ordem de classificação no certame público;
- (C) o servidor nomeado, ao entrar em exercício, cumprirá estágio probatório pelo período de dois anos a partir da data da posse, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação, para fins de estabilidade;
- (D) os candidatos aprovados para os cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário das Áreas Administrativa ou, ainda, de Apoio Especializado, terão suas lotações iniciais necessariamente em órgãos de primeira instância;
- (E) a posse e o exercício do recém-nomeado ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, resguardado o sigilo de dados.

33

Maria, Técnica Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, lotada em determinada Vara Cível da Capital, até então com sua folha de assentamentos funcionais imaculada, opôs resistência injustificada ao andamento de certo processo de inventário que era de sua responsabilidade funcional.

Consoante dispõe Lei Estadual nº 5.247/1991, que trata do Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, em matéria de penalidade disciplinar, após regular processo administrativo, Maria, em tese, está sujeita à sanção de:

- (A) censura, que será aplicada oralmente;
- (B) advertência, que será aplicada por escrito;
- (C) repreensão, que será aplicada oralmente;
- (D) suspensão, que não poderá exceder noventa dias;
- (E) demissão, que será precedida do contraditório e ampla defesa.

34

Município do interior do Estado de Alagoas editou lei municipal sobre matéria tributária frontalmente lesiva à Constituição Estadual.

De acordo com o ordenamento jurídico, a ação direta de inconstitucionalidade em razão deste ato normativo municipal deve ser processada e julgada, originariamente, no:

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Superior Tribunal de Justiça;
- (C) Juízo da Vara Cível competente de primeiro grau de jurisdição;
- (D) Tribunal de Contas do Estado de Alagoas;
- (E) Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

35

Em relação à remoção do serventuário da justiça, o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas dispõe que:

- (A) expedir-se-á edital convocatório dos integrantes da categoria, quando abrir vaga em cargo de Serventuário, fixando-lhes prazo de cinco dias para inscrição, prevalecendo a remoção daquele que contar com maior tempo de serviço público;
- (B) ocorrerá a remoção quando requererem conjuntamente dois serventuários interessados, por meio de permuta, não cabendo à Corregedoria Geral da Justiça juízo de valor sobre a conveniência e a oportunidade do ato;
- (C) poderão ser removidos apenas aqueles que contem com pelo menos dois anos de efetivo exercício na carreira, bem como não tenham sofrido, no biênio imediatamente precedente, a imposição de censura ou outra sanção mais grave;
- (D) poderão pleitear a remoção por permuta serventuários que já contem com pelo menos um ano de efetivo exercício na carreira, desde que haja concordância do Juiz Titular da Vara onde estiverem lotados;
- (E) dar-se-á preferência, na hipótese da manifestação de interesse por mais de um serventuário, ao que possuir maior qualificação profissional, aferida por graduação e pós-graduação e, ocorrendo empate, será removido o mais idoso.

36

João é réu em ação penal, na qual o Ministério Público lhe imputa a prática do crime de tráfico de entorpecentes. Por entender que o Juiz de determinada Vara Criminal de Maceió, por onde tramita o processo, praticou ato ilegal que feriu direito líquido e certo de seu cliente, o advogado de João impetrou mandado de segurança.

O mencionado remédio constitucional será distribuído aos Desembargadores integrantes:

- (A) da Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas;
- (B) da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas;
- (C) da seção Especializada Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas;
- (D) da Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Alagoas;
- (E) do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Alagoas.

37

De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado, compete ao Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas:

- (A) supervisionar os cartórios quanto à organização do arquivo, às condições de higiene e à ordem dos trabalhos, dando aos serventuários da Justiça as instruções convenientes;
- (B) deferir férias e licenças aos funcionários do Tribunal de Justiça, observada, no primeiro caso, a escala pertinente ao ano de fruição;
- (C) apreciar os recursos das decisões dos Juízes de Direito que aplicarem penas em procedimento instaurado contra serventuários da Justiça;
- (D) fazer instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares destinados à apuração de faltas atribuídas a serventuários da Justiça;
- (E) receber e processar as reclamações contra Juízes, funcionando como Relator no correspondente julgamento pelo Conselho Estadual da Magistratura.

38

As garantias atribuídas ao Judiciário possuem relevante papel no cenário da tripartição de Poderes, pois asseguram a necessária independência ao magistrado, que poderá decidir livremente, sem se abalar com qualquer tipo de pressão que venha dos outros Poderes.

De acordo com o texto das Constituições Estadual de Alagoas e Federal, os juízes gozam da garantia da:

- (A) vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;
- (B) estabilidade, adquirida pelos magistrados após três anos de efetivo exercício, de maneira que, após tal período, só podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- (C) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;
- (D) irredutibilidade de vencimentos, com remuneração não superior a noventa por cento do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- (E) autonomia financeira, cabendo-lhes promover a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta.

39

O controle da administração pública pode ser conceituado como o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de poder.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina e o texto constitucional, o Poder:

- (A) Judiciário é controlado exclusivamente pelo Conselho Nacional de Justiça, não podendo ser alvo de qualquer ingerência dos Poderes Legislativo e Executivo;
- (B) Legislativo exerce controle externo financeiro sobre o Poder Judiciário no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos;
- (C) Legislativo exerce o controle interno sobre o Poder Executivo, no que tange à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração direta e indireta;
- (D) Judiciário exerce o controle externo sobre a legalidade e o mérito administrativo dos atos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo;
- (E) Executivo exerce o controle externo sobre a legalidade dos atos do Poder Legislativo, devendo declarar a inconstitucionalidade dos que violem a Constituição da República de 1988.

40

João, Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Alagoas, lotado em determinada Vara Criminal, revelou fato de que tinha ciência em razão das suas atribuições, consistente no teor do depoimento de determinada testemunha em ação penal de grande repercussão social que tramita em segredo de justiça, ainda em fase de instrução.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92, João:

- (A) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque não houve efetivo prejuízo ao erário, mas deve responder em âmbito disciplinar;
- (B) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque está ausente o especial fim de agir do agente, consistente em seu enriquecimento ilícito;
- (C) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque não faz parte do Poder Executivo ou Legislativo, mas deve responder em âmbito disciplinar;
- (D) cometeu ato de improbidade administrativa, sem prejuízo dos demais reflexos nas esferas criminal e administrativo-disciplinar;
- (E) cometeu ato de improbidade administrativa, desde que se comprove nexó causal entre a conduta do servidor e efetivo dano ao erário.

41

A Constituição da República de 1988 tem como regra geral a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos. Ocorre que o texto constitucional autoriza tal acumulação em casos excepcionais, quando houver compatibilidade de horários, como na hipótese de:

- (A) dois cargos de nível técnico ou científico;
- (B) dois cargos da área de educação;
- (C) dois cargos da área jurídica;
- (D) um cargo de magistrado estadual com um cargo de professor;
- (E) um cargo de professor com outro de prestador de serviço público.

42

Determinado Secretário Municipal de Educação, no dia da inauguração de nova escola municipal, distribuiu boletim informativo custeado pelo poder público, com os seguintes dizeres no título da reportagem: “O Secretário do povo, Rico Ricaço, presenteia a população com mais uma escola”. Ao lado da reportagem, havia foto do Secretário fazendo com seus dedos o símbolo de coração utilizado por ele em suas campanhas eleitorais.

A conduta narrada feriu o princípio da administração pública da:

- (A) economicidade, eis que é vedada a publicidade custeada pelo erário dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ainda que tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social;
- (B) legalidade, pois a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ser precedida de prévia autorização legislativa, vedada qualquer promoção pessoal que configure favorecimento pessoal para autoridades ou servidores públicos;
- (C) moralidade, eis que a publicidade dos atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos, em que constarem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades públicas, para ser legal deve ser custeada integralmente com recursos privados;
- (D) publicidade, uma vez que a divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ser feita exclusivamente por meio de publicação dos respectivos atos no diário oficial, para impedir promoção pessoal da autoridade pública;
- (E) impessoalidade, pois a publicidade em tela deveria ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de agentes públicos.

43

Autoridade municipal competente praticou ato administrativo de autorização para que certo particular exercesse comércio ambulante em local predeterminado. Inconformada, a associação de lojistas locais ingressou com medida judicial, pleiteando a revogação do ato administrativo de autorização.

O pleito do empresariado local:

- (A) merece prosperar, pois ao Poder Judiciário cabe o exame de mérito e legalidade dos atos administrativos discricionários, pelo princípio do amplo acesso à justiça;
- (B) merece prosperar, pois o Poder Judiciário deve revogar os atos administrativos vinculados que se revelem inoportunos ou inconvenientes, pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (C) merece prosperar, pois o Poder Judiciário deve revogar os atos administrativos vinculados que se revelem inoportunos ou inconvenientes, no regular exercício do controle externo da atividade administrativa;
- (D) não merece prosperar, pois ao Poder Judiciário não cabe juízo de valor sobre a legalidade e o mérito dos atos administrativos discricionários, em razão do princípio da separação dos poderes;
- (E) não merece prosperar, pois ao Poder Judiciário, em regra, não cabe juízo de valor sobre o mérito dos atos administrativos discricionários, podendo apenas invalidá-los por vício de legalidade.

44

Em tema de poderes administrativos, a doutrina de Direito Administrativo ensina que os atos administrativos da delegação e da avocação são fundamentados na prerrogativa do agente público decorrente do poder:

- (A) disciplinar, segundo o qual o agente público com competência pode expedir normas gerais e abstratas para viabilizar a aplicabilidade de lei preexistente;
- (B) hierárquico, segundo o qual o agente público de hierarquia superior pode, na forma da lei, estender ou chamar para si, de forma temporária, competência para determinado ato;
- (C) normativo, segundo o qual o agente público pode restringir liberdades individuais e propriedade privada em prol do interesse público coletivo;
- (D) regulamentar, segundo o qual a autoridade pública competente deve expedir decretos autônomos para disciplinar o funcionamento orgânico da administração;
- (E) de polícia, segundo o qual a autoridade pública tem a faculdade de estabelecer a competência dos servidores que lhe são vinculados, sob pena de uso das forças de segurança.

45

A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O citado estatuto legal estabelece que a pessoa com deficiência tem direito a:

- (A) receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências;
- (B) ser beneficiada com isenções fiscais que compensem as limitações decorrentes de sua deficiência, mas não tem prioridade no recebimento de restituição de imposto de renda;
- (C) utilizar, de forma privativa, 10% (dez por cento) das vagas para automóveis em áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas;
- (D) frequentar os prédios públicos, mediante utilização de rampas ou elevadores que serão obrigatoriamente instalados nos órgãos públicos, que facultativamente podem proporcionar a acessibilidade nos seus sítios da internet;
- (E) ser livremente incluída no trabalho, vedada a sua colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária.

46

A Lei nº 8.987/95, que trata do serviço público, dispõe que sua concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, com emprego de modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações, bem como conservação, melhoria e expansão do serviço.

Esse mandamento legal está diretamente relacionado ao princípio da:

- (A) modicidade do serviço público e ao princípio da moralidade da administração pública;
- (B) continuidade do serviço público e ao princípio da legalidade da administração pública;
- (C) atualidade do serviço público e ao princípio da eficiência da administração pública;
- (D) universalidade do serviço público e ao princípio da proporcionalidade da administração pública;
- (E) eficiência do serviço público e ao princípio da publicidade da administração pública.

47

Os atos administrativos devem ser precedidos de um processo formal que justifica sua prática e serve de base para sua legitimidade, documentando todas as etapas até a formação válida da atuação da Administração Pública.

Nesse contexto, a Lei nº 9.784/99 estabelece que, nos processos administrativos, será observado, entre outros, o critério de:

- (A) obrigatoriedade de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar, sob pena de nulidade absoluta por violação à Constituição da República de 1988;
- (B) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida aplicação retroativa de nova interpretação;
- (C) impulsão procedimental pelos interessados, vedada a atuação de ofício pela própria Administração Pública;
- (D) divulgação oficial dos atos administrativos, vedada qualquer hipótese de sigilo;
- (E) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

48

Ao acabar de assumir a Chefia do Executivo Estadual, o Governador constatou situação insustentável de superlotação da população carcerária, com grave e iminente risco à segurança pública. Assim sendo, o Administrador Público decidiu contratar sociedade empresária para ampliação, reforma e aprimoramento do estabelecimento penal existente no Estado. Após os estudos necessários, o valor total do contrato ficou estimado em um milhão e quatrocentos mil reais.

De acordo com os ditames da Lei nº 8.666/93, a contratação pretendida:

- (A) deverá necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade pregão, em razão do valor do contrato;
- (B) deverá necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade tomada de preços, em razão do valor do contrato;
- (C) deverá necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concorrência, em razão do valor do contrato;
- (D) poderá ser feita mediante dispensa de licitação, diante de permissivo legal;
- (E) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, diante de permissivo legal.

49

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, uma das características dos contratos administrativos é o seu formalismo.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/93 dispõe que, em matéria de licitação, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de:

- (A) concorrência, de tomada de preços, convite, pregão, concurso e leilão, mas não é necessário nas hipóteses excepcionais previstas em lei em que a licitação é dispensável ou inexigível;
- (B) concorrência e de tomada de preços, pelo alto valor desses contratos, mas não é necessário nas demais modalidades de licitação, desde que o seu valor esteja compatível com o preço de mercado, conforme avaliação prévia;
- (C) concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação;
- (D) contratação de obras e serviços de engenharia, cujo valor global do contrato seja superior a um milhão de reais, mas não é necessário nos demais casos, qualquer que seja a modalidade de licitação;
- (E) contratação de obras e serviços de engenharia, por meio de licitação nas modalidades concorrência e de tomada de preços, mas não é necessário nas hipóteses excepcionais em que a licitação é dispensável ou inexigível.

50

Vinte pescadores de São Miguel dos Milagres decidem adquirir pequeno imóvel para beneficiar sua pesca. De modo que o imóvel fosse destinado apenas para esse fim, resolvem constituir uma fundação, o que fazem mediante escritura pública e destacando o bem adquirido para o patrimônio da nova entidade. Consignaram no ato, ainda, que, na hipótese de extinção, o imóvel deveria ser incorporado ao patrimônio do Município. Contudo, após lavratura do ato subscrito por todos, dois pescadores resolvem não mais participar do projeto e solicitam sua parte do bem.

A pretensão deles é:

- (A) devida, visto que ninguém é obrigado a ficar associado com outrem;
- (B) incabível, pois o ato constitutivo da fundação encontra-se perfeito e sua extinção se dará na forma do estatuto;
- (C) viável, sendo necessária a apuração de haveres;
- (D) possível, desde que a quota parte dos dissidentes seja entregue ao Município;
- (E) impossível, pois o retorno do bem ao patrimônio de todos depende de distrato consensual dos fundadores.

51

A Associação Amigos de Ponta Verde, constituída por moradores do bairro, decide, em assembleia regular, explorar cantina em sua sede, com o propósito de melhorar seu caixa com o lucro da atividade.

Essa deliberação é considerada:

- (A) válida, pois o lucro será destinado à associação;
- (B) nula, pois a associação não pode ter fins econômicos;
- (C) ineficaz quanto aos associados, uma vez que não receberão os lucros;
- (D) ilícita, já que não faz parte do objeto social;
- (E) legal, pois o lucro deverá ser partilhado entre os associados.

52

Carlos, serventuário do Poder Judiciário, reside em Marechal Deodoro, leciona em centro universitário localizado em Maceió e está lotado na Comarca de São Miguel dos Campos, onde exerce suas funções.

Diante desse quadro, Carlos possui domicílio necessário em:

- (A) Maceió e São Miguel dos Campos;
- (B) Marechal Deodoro;
- (C) Maceió;
- (D) Marechal Deodoro e Maceió;
- (E) São Miguel dos Campos.

53

Felipe, com quinze anos, desferiu agressões verbais contra a honra de Marcela, maior e sua vizinha, na presença de vários vizinhos de condomínio. Embora aborrecida, Marcela é por todos os presentes amparada e acolhe, por certo tempo, o conselho de não buscar indenização pelos danos morais sofridos, visto se tratar de um adolescente “rebelde”. Contudo, decorridos vinte e quatro meses das agressões e em razão da mudança de Felipe, que deixou o prédio, Marcela resolve buscar “seus direitos” e receber indenização dos pais do agressor.

A pretensão de Marcela:

- (A) é incabível, pois a falta de exercício de seu direito configurou um perdão;
- (B) pode ser perpetuamente acolhida, visto que direito da personalidade é imprescritível;
- (C) não poderá prosperar, pois Felipe, à época dos fatos, era absolutamente incapaz;
- (D) pode ser acolhida, desde que ajuizada dentro do prazo prescricional;
- (E) é abusiva, pois o acolhimento do conselho dos vizinhos representa consumação da prescrição.

54

Determinada sociedade empresarial recebeu autorização do Poder Executivo municipal para manter uma praça pública, onde poderia, inclusive, divulgar publicidade de sua marca.

Diante dessa situação, afirma-se que a praça é um bem público:

- (A) de uso comum;
- (B) alienável;
- (C) de uso especial;
- (D) dominical;
- (E) de uso privado.

55

Miro, quando passava na calçada lateral do edifício da Câmara de Vereadores do Município de São Paulo, é atingido por parte da janela que caiu do Gabinete da Presidência da Casa Legislativa.

Nessa hipótese, a pessoa jurídica que responderá por eventual indenização será:

- (A) a Câmara de Vereadores;
- (B) a Casa Legislativa;
- (C) a Prefeitura;
- (D) o Município;
- (E) a Presidência da Câmara de Vereadores.

56

Joaquim, brasileiro, conheceu, Jeniffer, australiana, e com ela se casou no Brasil, pelo regime da separação de bens. Três anos após o casamento, Jeniffer adquire um imóvel em Maceió, no qual o casal passa a residir. Em razão de dificuldades financeiras, o casal resolve se mudar para Sydney, Austrália, local em que estabelecem domicílio e ambos adquirem, em razão de sucesso profissional, vultoso patrimônio. Contudo, aos 40 anos Jeniffer vem a falecer, sem deixar testamento, ascendentes e descendentes. De sua família biológica, apenas é vivo seu irmão, James, o qual, para a lei australiana, é o único herdeiro legítimo.

Diante dessa situação e considerando que, para a lei brasileira, Joaquim é o herdeiro legítimo, o bem localizado em Maceió será:

- (A) partilhado entre Joaquim e James;
- (B) destinado a James;
- (C) incorporado ao Município de Maceió;
- (D) adjudicado a Joaquim;
- (E) entregue ao Município de Sydney.

57

Carla faleceu casada com Jorge, mas sem filhos ou ascendentes. Legou, por testamento, determinados bens para sobrinhos. Após seu falecimento, certa pessoa criou um perfil falso com fotos de Carla em uma rede social.

Nessa hipótese, a proteção da imagem de Carla pode ser exercida por:

- (A) seus herdeiros;
- (B) seu Espólio;
- (C) Jorge;
- (D) seus amigos próximos;
- (E) herdeiro da maior porção de seus bens.

58

Em um contrato de prestação de serviços, Jorge (pintor) e Renata (contratante) dispuseram que o pagamento do serviço somente poderia ser judicialmente exigido em até um ano após o vencimento da dívida.

Essa disposição contratual é considerada:

- (A) válida, visto que se trata de um prazo decadencial, que pode ser alterado pelos contratantes;
- (B) nula, pois um prazo prescricional não pode ser alterado pelos contratantes;
- (C) válida, desde que o prazo prescricional dessa espécie de obrigação seja inferior ao acordado;
- (D) nula, porque o prazo decadencial não pode ser alterado pelos contratantes;
- (E) válida, pois o prazo prescricional pode ser alterado pelos contratantes.

59

A Lei X entrou em vigor na data de sua publicação, por força de dispositivo legal expresso nesse sentido. Quarenta e cinco dias após, nova lei (Lei Y), sem dispor sobre sua vigência, alterou determinado artigo da Lei X.

O dispositivo com a alteração passa a vigorar:

- (A) na data da publicação da Lei Y;
- (B) quarenta e cinco dias após a publicação da Lei Y;
- (C) trinta dias após a publicação da Lei X;
- (D) noventa dias após a publicação da Lei Y;
- (E) cinco dias após a publicação da Lei X.

60

No procedimento comum, a via pela qual o réu pode manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, é:

- (A) exceção;
- (B) reconvenção;
- (C) *querela nullitatis*;
- (D) impugnação ao cumprimento de sentença;
- (E) embargos.

61

Quanto ao procedimento do Juizado Especial Cível, disciplinado pela Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

- (A) não é admissível o oferecimento de reconvenção;
- (B) os incapazes podem figurar no polo ativo, embora não no passivo;
- (C) independentemente do valor da causa, as partes podem litigar sem a assistência de advogado;
- (D) não é admissível o litisconsórcio, tampouco o incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- (E) o recurso interponível contra a sentença é automaticamente dotado de efeito suspensivo.

62

No curso de um processo autônomo de execução, o devedor é intimado e não informa ao juiz onde se encontra seu automóvel de luxo, cuja penhora fora requerida pelo credor.

Por entender ser esta uma conduta atentatória à dignidade da justiça, o executado está sujeito à multa em montante não superior a:

- (A) dez por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material;
- (B) vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material;
- (C) dez por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material;
- (D) vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material;
- (E) vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado, exigível em autos apartados, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.

63

Atuando no processo civil, como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

- (A) não poderá opinar, quanto ao mérito da causa, desfavoravelmente à parte incapaz;
- (B) não poderá produzir provas, devendo aguardar a iniciativa das partes nesse sentido;
- (C) terá legitimidade recursal;
- (D) será considerado intimado com a publicação dos provimentos jurisdicionais no órgão oficial;
- (E) deverá intervir sempre que a Fazenda Pública seja uma das partes.

64

No que concerne aos atos processuais, é correto afirmar que:

- (A) os meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do juiz;
- (B) as citações podem ser realizadas durante as férias forenses, desde que haja prévia autorização judicial nesse sentido;
- (C) devem ser realizados, em regra, das 6 (seis) às 18 (dezoito) horas dos dias úteis;
- (D) em regra são públicos, podendo, excepcionalmente, ser decretado o segredo de justiça;
- (E) as partes não poderão exigir recibos de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório.

65

Maria teve o pedido de pensão previdenciária negado ao argumento de que Fernando, seu convivente falecido, não a registrou em vida como companheira ou dependente em seu órgão pagador. Nesse sentido, a integralidade da pensão foi destinada ao filho único Antônio, menor impúbere, que é fruto de seu relacionamento com Maria.

Nesse cenário, para que Maria obtenha o reconhecimento judicial de união estável e sua dissolução *post mortem*, deverá propor ação em face de:

- (A) Fernando, postulando que seja nomeado um curador especial para defender os interesses do réu;
- (B) Antônio, devendo ser informado de que Maria será a representante legal do réu;
- (C) Antônio, devendo o juiz nomear um curador especial ao incapaz;
- (D) Antônio, requerendo a intervenção do Ministério Público para representar o incapaz;
- (E) espólio de Fernando, devendo o juiz nomear um defensor público para defesa do réu.

66

Ao celebrar um contrato de compra e venda, os contratantes convencionaram sobre determinados ônus e deveres processuais. Nesse sentido, afirmaram que se houvesse necessidade de ação judicial para dirimir qualquer conflito em relação ao negócio jurídico ora entabulado, e pela possibilidade legal de autocomposição, o autor estaria desincumbido de provar a existência do contrato e que o réu não poderia contestar o feito.

Nesse cenário:

- (A) o juiz não poderá controlar as validades destas convenções, pois se trata de direito disponível às partes;
- (B) estas convenções são nulas de pleno direito, pois convencionadas antes da existência do processo;
- (C) o juiz controlará as validades destas convenções de ofício, e deverá admiti-las por se tratarem de direitos disponíveis;
- (D) o juiz controlará as validades destas convenções, recusando aplicação de ambas as cláusulas;
- (E) o juiz controlará as validades destas convenções, recusando, de ofício, a cláusula que impossibilita o réu contestar.

67

O réu foi intimado para pagar um débito de cem mil reais que lhe foi imposto por força de uma sentença condenatória transitada em julgado em seu desfavor. Nesse sentido, efetua, no prazo legal, o pagamento de metade do valor devido.

Nesse caso, não havendo incidência de custas, deverá o débito ser acrescido de multa de:

- (A) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre os cem mil reais;
- (B) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre o valor restante de cinquenta mil reais;
- (C) dez por cento sobre o valor restante de cinquenta mil reais e de dez por cento de honorários advocatícios sobre os cem mil reais;
- (D) dez por cento sobre o valor restante de cinquenta mil reais e, em face da sucumbência recíproca, sem honorários advocatícios;
- (E) quinze por cento e de honorários advocatícios de quinze por cento da parcela restante de cinquenta mil reais.

68

O ato por meio do qual o juiz extingue a execução é:

- (A) despacho;
- (B) decisão interlocutória;
- (C) sentença;
- (D) acórdão;
- (E) certidão.

69

Francisco, advogado, postulando em causa própria, pede a condenação de Daniel em perdas e danos no valor de dez mil reais, por força de prejuízos materiais que este causou em seu imóvel. Para tanto, o autor declarou, na petição inicial, seu endereço e seu número de inscrição na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). No curso do processo, Francisco muda de endereço e não comunica esse fato ao juízo. O julgador intima o autor, no endereço constante dos autos, por carta registrada, para dar andamento ao feito, sob pena de extinção do processo.

Nesse sentido:

- (A) é considerada válida a intimação enviada, e se o autor não se manifestar, o processo será extinto sem resolução do mérito;
- (B) é considerada válida a intimação, mas em caso de não atendimento, haverá uma nova intimação por meio eletrônico;
- (C) é nula a intimação, pois o autor é advogado e deve ser intimado por meio da OAB;
- (D) é nula a intimação, pois o autor deveria ser intimado pessoalmente por oficial de justiça;
- (E) é considerada válida a intimação e deverá o julgador considerar que houve andamento processual.

70

O Tribunal de Justiça do Estado Beta encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o entendimento do Chefe do Poder Executivo está:

- (A) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo;
- (B) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo;
- (C) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo;
- (D) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça;
- (E) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.

71

Ao final do exercício financeiro, o Governador do Estado Alfa elaborou a sua prestação de contas e solicitou à sua assessoria jurídica que informasse qual seria o órgão responsável por julgá-las, aprovando-as ou rejeitando-as.

À luz da sistemática constitucional, o referido órgão é:

- (A) o Tribunal de Justiça do Estado Alfa;
- (B) a Assembleia Legislativa do Estado Alfa;
- (C) o Congresso Nacional;
- (D) o Superior Tribunal de Justiça;
- (E) o Tribunal de Contas do Estado Alfa.

72

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa proferiu acórdão, em sede de apelação, que, no entender de uma das partes, seria frontalmente contrário à Constituição da República de 1988.

À luz da sistemática constitucional e sendo preenchidos os demais requisitos exigidos, é possível a interposição de recurso extraordinário direcionado ao:

- (A) Superior Tribunal de Justiça;
- (B) Conselho Nacional de Justiça;
- (C) Supremo Tribunal Federal;
- (D) Tribunal Regional Federal;
- (E) Conselho Constitucional.

73

Pedro recebeu notificação da associação de moradores da localidade em que reside fixando o prazo de 15 (quinze) dias para que ele apresentasse os documentos necessários à sua inscrição na referida associação. Ultrapassado esse prazo, Pedro, segundo a notificação, incorreria em multa diária e seria tacitamente inscrito.

À luz da sistemática constitucional, Pedro:

- (A) está obrigado a atender à notificação, o que decorre do princípio fundamental da ideologia participativa;
- (B) somente está obrigado a se associar caso a notificação seja judicial;
- (C) pode ignorar a notificação, pois ninguém é obrigado a associar-se contra a sua vontade;
- (D) está obrigado a atender à notificação, mas só precisa permanecer associado por um ano;
- (E) está obrigado a atender à notificação enquanto o Poder Judiciário não o dispensar dessa obrigação.

74

O Presidente da República foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Senado Federal. Em resposta, afirmou que a acusação não poderia ser endereçada à referida Casa Legislativa.

À luz da sistemática constitucional, a defesa apresentada pelo Presidente da República deve ser:

- (A) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Supremo Tribunal Federal;
- (B) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie no Supremo Tribunal Federal;
- (C) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Superior Tribunal de Justiça;
- (D) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie na Câmara dos Deputados;
- (E) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada à Câmara dos Deputados.

75

Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre direito financeiro. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida em caráter concorrente com a União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Maria indica que:

- (A) a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria;
- (B) o Estado somente pode legislar sobre direito financeiro enquanto a União não o fizer;
- (C) a União somente pode legislar sobre direito financeiro enquanto o Estado não o fizer;
- (D) a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- (E) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.

76

João, Juiz de Direito, após participar de concurso de remoção, tornou-se titular na Comarca X. Lá chegando, constatou que a Comarca Y, vizinha à X, tinha melhor estrutura, contando com diversos hospitais e escolas de ótima qualidade, do que carecia a Comarca X. Em razão desse quadro, solicitou ao órgão competente do respectivo Tribunal de Justiça autorização para residir na Comarca Y.

À luz da sistemática constitucional, o requerimento de João:

- (A) deve ser indeferido de plano, pois o juiz titular é obrigado a residir na respectiva comarca;
- (B) pode vir a ser deferido pelo Tribunal de Justiça, que não está obrigado a tanto;
- (C) não pode ser deferido, pois somente o Conselho Nacional de Justiça pode autorizar o juiz a residir em outra comarca;
- (D) deve ser redirecionado ao Supremo Tribunal Federal, o qual, na condição de órgão de cúpula, apreciá-lo-á;
- (E) deve ser indeferido de plano, pois o juiz titular pode residir onde melhor lhe aprouver, mesmo sem autorização.

77

O Governador do Estado Alfa convocou reunião com os presidentes das autarquias, das sociedades de economia mista e das empresas públicas, bem como com representantes das Secretarias de Estado e as estruturas da Chefia de Gabinete da Casa Civil, e determinou, dentre outras coisas, que, a partir daquela data, os entes da Administração Pública indireta com personalidade jurídica de direito público deveriam apresentar dados quinzenais a respeito da atuação do respectivo ente.

À luz da sistemática constitucional, dentre os participantes da reunião, somente são alcançadas pela determinação do Governador do Estado:

- (A) as autarquias;
- (B) as sociedades de economia mista e as empresas públicas;
- (C) as Secretarias de Estado;
- (D) as estruturas da Chefia de Gabinete da Casa Civil;
- (E) as empresas públicas.

78

Peter, filho de cidadãos norte-americanos, nasceu em Alagoas quando seus pais ali estavam em gozo de férias. Após o nascimento, foi para os Estados Unidos da América do Norte e jamais retornou à República Federativa do Brasil.

À luz da sistemática constitucional, Peter:

- (A) é brasileiro nato;
- (B) é brasileiro naturalizado;
- (C) é brasileiro nato, desde que requeira a nova nacionalidade aos 18 anos de idade;
- (D) é brasileiro naturalizado, se requerer a naturalização aos 18 anos de idade;
- (E) não é brasileiro.

79

Pedro ajuizou uma ação em face de João e se saiu vitorioso, sendo-lhe atribuído certo bem. Anos depois, quando já não mais era cabível qualquer recurso, ação ou impugnação contra a decisão do Poder Judiciário, foi editada uma lei cuja aplicação faria com que o bem fosse atribuído a João.

À luz da sistemática constitucional, o referido bem deve:

- (A) permanecer com Pedro, por força da garantia do ato jurídico perfeito;
- (B) ser transferido a João, com a base no princípio da eficácia imediata da lei;
- (C) permanecer com Pedro, por força da garantia do direito adquirido;
- (D) ser transferido a João, salvo se a lei estabelecer regra de transição;
- (E) permanecer com Pedro, por força da garantia da coisa julgada.

80

O Governador do Estado Beta solicitou, ao Procurador-Geral de Justiça, que o respectivo Ministério Público Estadual passasse a prestar consultoria jurídica à Secretaria de Estado de Finanças, contribuindo, desse modo, para evitar a prática de ilícitos naquele setor.

À luz da sistemática constitucional, a solicitação do Chefe do Poder Executivo:

- (A) pode ser atendida, desde que a consultoria seja prestada por tempo determinado;
- (B) não pode ser atendida, pois ao Ministério Público é vedada a consultoria jurídica de entidades públicas;
- (C) pode ser atendida, mesmo que a consultoria seja prestada por tempo indeterminado;
- (D) não pode ser atendida, pois o Ministério Público somente poderia prestar consultoria ao Governador do Estado;
- (E) pode ser atendida, desde que autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.

81

Pablo, funcionário público do Tribunal de Justiça, tem a responsabilidade de registrar em um livro próprio do cartório os procedimentos que estão há mais de dez dias conclusos, permitindo o controle dos prazos por parte de advogados. Por determinação do juiz responsável, que queria evitar que terceiros soubessem de sua demora, Pablo deixa de lançar diversos processos que estavam conclusos para sentença há vários meses.

Considerando apenas as informações narradas, descoberto o fato, é correto afirmar que Pablo:

- (A) não praticou crime, porque agiu em estrita obediência a ordem de superior hierárquico;
- (B) não praticou crime, porque agiu em estrito cumprimento de dever legal;
- (C) deverá responder pelo crime de prevaricação;
- (D) deverá responder pelo crime de falsidade ideológica;
- (E) não praticou crime, porque agiu no exercício regular de direito.

82

Ronaldo, que exercia função pública apenas temporariamente, sem receber remuneração, exige R\$ 1.000,00 para dar prioridade na prática de ato de ofício que era de sua responsabilidade. Apesar da exigência, o fato vem a ser descoberto antes do pagamento da vantagem indevida e antes mesmo da prática com prioridade do ato de ofício.

Diante da descoberta dos fatos nos termos narrados, a conduta de Ronaldo configura:

- (A) corrupção passiva, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade tentada do delito;
- (B) concussão, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade consumada do delito;
- (C) corrupção passiva, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade consumada do delito;
- (D) concussão, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade tentada do delito;
- (E) atipicidade em relação aos crimes contra a Administração Pública, tendo em vista que o agente não pode ser considerado funcionário público para fins penais.

83

Paulo, funcionário público do governo brasileiro, quando em serviço no exterior, vem a praticar um crime contra a administração pública. Descoberto o fato, foi absolvido no país em que o fato foi praticado.

Diante desse quadro, é correto afirmar que Paulo:

- (A) não poderá ser julgado de acordo com a lei penal brasileira por já ter sido absolvido no estrangeiro;
- (B) somente poderá ser julgado de acordo com a legislação penal brasileira se entrar no território nacional;
- (C) não poderá ter contra si aplicada a lei penal brasileira porque o fato não ocorreu no território nacional;
- (D) poderá, por força do princípio da defesa real ou proteção, ser julgado de acordo com a lei penal brasileira;
- (E) poderá, com fundamento no princípio da representação, ser julgado de acordo com a lei penal brasileira.

84

Julia, primária e de bons antecedentes, verificando a facilidade de acesso a determinados bens de uma banca de jornal, subtrai duas revistas de moda, totalizando o valor inicial do prejuízo em R\$15,00 (quinze reais). Após ser presa em flagrante, é denunciada pela prática do crime de furto simples, vindo, porém, a ser absolvida sumariamente em razão do princípio da insignificância.

De acordo com a situação narrada, o magistrado, ao reconhecer o princípio da insignificância, optou por absolver Julia em razão da:

- (A) atipicidade da conduta;
- (B) causa legal de exclusão da ilicitude;
- (C) causa de exclusão da culpabilidade;
- (D) causa supralegal de exclusão da ilicitude;
- (E) extinção da punibilidade.

85

João, funcionário público de determinado cartório de Tribunal de Justiça, após apropriar-se de objeto que tinha a posse em razão do cargo que ocupava, é convencido por sua esposa a devolvê-lo no dia seguinte, o que vem a fazer, comunicando o fato ao seu superior, que adota as medidas penais pertinentes.

Diante desse quadro, é correto afirmar que:

- (A) houve arrependimento eficaz, sendo o comportamento de João penalmente impunível;
- (B) houve desistência voluntária, sendo o comportamento de João penalmente impunível;
- (C) deverá João responder pelo crime de peculato tentado;
- (D) deverá João responder pelo crime de peculato consumado, com a redução de pena pelo arrependimento posterior;
- (E) deverá João responder pelo crime de peculato consumado, sem qualquer redução de pena.

86

No Direito Penal, a doutrina costuma reconhecer o concurso de pessoas quando a infração penal é cometida por mais de uma pessoa, podendo a cooperação ocorrer através de coautoria ou participação.

Sobre o tema, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) o auxílio material é punível se o crime chegar, ao menos, a ser cogitado;
- (B) as circunstâncias de caráter pessoal, diante de sua natureza, não se comunicam, ainda que elementares do crime;
- (C) em sendo de menor importância a participação ou coautoria, a pena poderá ser reduzida de um sexto a um terço;
- (D) a teoria sobre concurso de agentes adotada pela legislação penal brasileira, em regra, é a dualista;
- (E) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste.

87

Gabriel, 25 anos, desferiu, de maneira imotivada, diversos golpes de madeira na cabeça de Fábio, seu irmão mais novo. Após ser denunciado pelo crime de lesão corporal gravíssima, foi realizado exame de insanidade mental, constatando-se que, no momento da agressão, Gabriel, em razão de desenvolvimento mental incompleto, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.

Diante da conclusão do laudo pericial, deverá ser reconhecida a:

- (A) inimputabilidade do agente, afastando-se a culpabilidade;
- (B) semi-imputabilidade do agente, afastando-se a culpabilidade;
- (C) inimputabilidade do agente, afastando-se a tipicidade;
- (D) semi-imputabilidade do agente, que poderá funcionar como causa de redução de pena;
- (E) semi-imputabilidade do agente, afastando-se a tipicidade.

88

Arlindo desferiu diversos golpes de faca no peito de Tom, sendo que, desde o início dos atos executórios, tinha a intenção de, com seus golpes, causar a morte do seu desafeto. No início, os primeiros golpes de faca causaram lesões leves em Tom. Na quarta facada, porém, as lesões se tornaram graves, e os últimos golpes de faca foram suficientes para alcançar o resultado morte pretendido.

Arlindo, para conseguir o resultado final mais grave, praticou vários atos com crescentes violações ao bem jurídico, mas responderá apenas por um crime de homicídio por força do princípio da:

- (A) subsidiariedade, por se tratar de progressão criminosa;
- (B) alternatividade, por se tratar de crime progressivo;
- (C) consunção, por se tratar de progressão criminosa;
- (D) especialidade, por se tratar de progressão criminosa;
- (E) consunção, por se tratar de crime progressivo.

89

Disposições constitucionais e disposições legais tratam do tema aplicação da lei penal no tempo, sendo certo que existem peculiaridades aplicáveis às normas de natureza penal.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a lei penal posterior mais favorável possui efeitos retroativos, sendo aplicável aos fatos anteriores, desde que até o trânsito em julgado da ação penal;
- (B) a *abolitio criminis* é causa de extinção da punibilidade, fazendo cessar os efeitos penais e civis da condenação;
- (C) a lei penal excepcional, ainda que mais gravosa, possui ultratividade em relação aos fatos praticados durante sua vigência;
- (D) os tipos penais temporários poderão ser criados através de medida provisória;
- (E) a combinação de leis favoráveis, de acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é admitida no momento da aplicação da pena.

90

Leandro, pretendendo causar a morte de José, o empurra do alto de uma escada, caindo a vítima desacordada. Supondo já ter alcançado o resultado desejado, Leandro pratica nova ação, dessa vez realiza disparo de arma de fogo contra José, pois, acreditando que ele já estaria morto, desejava simular um ato de assalto. Ocorre que somente na segunda ocasião Leandro obteve o que pretendia desde o início, já que, diferentemente do que pensara, José não estava morto quando foram efetuados os disparos.

Em análise da situação narrada, prevalece o entendimento de que Leandro deve responder apenas por um crime de homicídio consumado, e não por um crime tentado e outro consumado em concurso, em razão da aplicação do instituto do:

- (A) crime preterdoloso;
- (B) dolo eventual;
- (C) dolo alternativo;
- (D) dolo geral;
- (E) dolo de 2º grau.

91

Lucas caminhava pela rua, por volta de 7 horas, quando foi abordado por Pedro, que, mediante grave ameaça com emprego de simulacro de arma de fogo, subtraiu seu aparelho celular. Em seguida, Pedro entregou o simulacro de arma de fogo para seu irmão, que coincidentemente passava pela localidade, e pediu para que ele guardasse o objeto em sua residência. Diante disso, o irmão de Pedro guardou o simulacro em sua casa e depois foi para o trabalho. Por outro lado, ainda pouco tempo após o crime, policiais militares passaram pela localidade, de modo que Lucas apontou para Pedro como o autor do fato. Os policiais abordaram Pedro e realizaram busca em seu corpo, vindo a ser localizado o celular subtraído. Chegando na Delegacia, ao tomar conhecimento dos fatos, o Delegado determina que os policiais compareçam à residência do irmão de Pedro para apreender o instrumento do crime, o que efetivamente fazem os agentes da lei por volta de 16 horas.

Considerando apenas a situação narrada, é correto afirmar que a busca:

- (A) pessoal realizada em Pedro foi válida, assim como a busca domiciliar para apreensão do instrumento do crime, independentemente de mandado de busca e apreensão;
- (B) pessoal realizada em Pedro e a busca na residência de seu irmão foram inválidas, pois ambas dependiam de mandado de busca e apreensão;
- (C) pessoal realizada em Pedro foi válida, independentemente de mandado, diferentemente do que ocorreu na busca na residência do irmão do autor do fato, que foi inválida por depender de mandado de busca e apreensão;
- (D) domiciliar no imóvel do irmão de Pedro foi válida, pois prescinde de mandado de busca e apreensão, diferentemente da busca pessoal em Pedro, que foi inválida;
- (E) domiciliar no imóvel do irmão de Pedro foi inválida, pois, apesar de prescindir de mandado de busca e apreensão, foi realizada em período noturno, diferentemente da busca pessoal em Pedro, que foi válida.

92

Tício é funcionário auxiliar da justiça de certo cartório de Vara Criminal. Ao atuar em determinado procedimento, verifica que Mévio, que é seu credor em razão de empréstimo, figura como réu na ação penal.

Identificada tal situação, é correto afirmar que Tício:

- (A) não poderá participar da ação penal em razão da causa de suspeição prevista no Código de Processo Penal, tendo em vista que as prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça;
- (B) poderá participar da ação penal, tendo em vista que ser credor da parte não configura causa de impedimento e nem suspeição do magistrado a ser estendida ao funcionário auxiliar da justiça;
- (C) não poderá participar da ação penal em razão da causa de impedimento prevista no Código de Processo Penal, tendo em vista que as prescrições sobre impedimento dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça;
- (D) poderá participar da ação penal, tendo em vista que as prescrições sobre suspeição e impedimento dos juízes não se aplicam aos serventuários e funcionários da justiça;
- (E) poderá participar da ação penal, tendo em vista que ser credor da parte é causa de impedimento e apenas as prescrições sobre suspeição dos juízes, de acordo com o Código de Processo Penal, aplicam-se aos funcionários da justiça.

93

Guilherme Nucci define ação penal como “o direito do Estado-acusação ou da vítima de ingressar em juízo, solicitando a prestação jurisdicional, representada pela aplicação das normas de direito penal ao caso concreto”. Tradicionalmente, a doutrina classifica as ações penais como públicas e privadas, que possuem diferentes tratamentos a partir de sua natureza.

Assim, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal e da doutrina, são aplicáveis às ações penais de natureza privada os princípios da:

- (A) conveniência, indisponibilidade e indivisibilidade;
- (B) conveniência, indisponibilidade e divisibilidade;
- (C) oportunidade, disponibilidade e indivisibilidade;
- (D) oportunidade, disponibilidade e divisibilidade;
- (E) obrigatoriedade, disponibilidade e divisibilidade.

94

O Código de Processo Penal, em seus artigos 563 e seguintes, disciplina o tema “Das Nulidades”, sendo certo que o diploma legal confere tratamento próprio de acordo com as peculiaridades do processo penal brasileiro.

Sobre o tema, com base nas previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) o ato deverá ser declarado nulo quando verificada a existência de nulidade, independentemente de resultar prejuízo para acusação ou defesa;
- (B) a nulidade de intimação estará sanada quando o interessado comparecer e indicar ter conhecimento do ato, que poderá ser adiado pelo juiz quando verificado que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte;
- (C) a nulidade, sempre que gerar prejuízo, poderá ser arguida por qualquer das partes, ainda que tenha sido aquela que a arguiu a dar causa ao ato nulo;
- (D) o reconhecimento de incompetência do juízo, em regra, anula, de imediato, tanto os atos decisórios quanto os despachos e demais atos sem conteúdo decisório;
- (E) a nulidade, mesmo diante de ato que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa, deverá ser reconhecida quando houver desrespeito à formalidade do ato.

95

Paulo pretende oferecer queixa-crime em face de Lucas em razão da prática de crime de calúnia majorada, não sendo, assim, infração de menor potencial ofensivo. Procura, então, seu advogado e narra que Lucas o ofendeu através de uma carta, que foi escrita na cidade A, mas só chegou ao conhecimento da vítima e de terceiros o seu conteúdo quando lida na cidade B. Por outro lado, Paulo esclarece que atualmente está residindo na cidade C, enquanto Lucas reside na cidade D.

Considerando as regras de competência previstas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) a Comarca A é competente para julgamento, tendo em vista que o Código de Processo Penal adota a Teoria da Atividade para definir a competência territorial para julgamento;
- (B) a queixa poderá ser oferecida perante a Vara Criminal da Comarca D, ainda que conhecido o local da infração;
- (C) a queixa poderá ser oferecida perante a Vara Criminal da Comarca C, ainda que conhecido o local da infração;
- (D) a queixa somente poderia ser oferecida perante a Vara Criminal da Comarca C se desconhecido o local da infração;
- (E) o primeiro critério a ser observado para definir a competência sempre é o da prevenção.

96

Enquanto organizava procedimentos que se encontravam no cartório de determinada Vara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, o servidor identifica que há um inquérito em que foram realizadas diversas diligências para apurar crime de ação penal pública, mas não foi obtida justa causa para o oferecimento de denúncia, razão pela qual o Delegado de Polícia elaborou relatório final opinando pelo arquivamento. Verificada tal situação e com base nas previsões do Código de Processo Penal, caberá ao:

- (A) juiz realizar diretamente o arquivamento, tendo em vista que já houve representação nesse sentido por parte da autoridade policial, cabendo contra a decisão recurso em sentido estrito;
- (B) Ministério Público realizar diretamente o arquivamento, caso concorde com a conclusão do relatório da autoridade policial, independentemente de controle judicial;
- (C) delegado de polícia, em caso de concordância do juiz, realizar diretamente o arquivamento após retorno do inquérito policial para delegacia;
- (D) Ministério Público promover pelo arquivamento, cabendo ao juiz analisar a homologação em respeito ao princípio da obrigatoriedade;
- (E) juiz promover pelo arquivamento, podendo o promotor de justiça requerer o encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça em caso de discordância, em controle ao princípio da obrigatoriedade.

97

Perante a 1ª Vara Criminal de determinada comarca de Tribunal de Justiça, corre processo em que se investiga a prática de crimes gravíssimos de organização criminosa e tráfico de drogas, sendo, inclusive, investigados grandes empresários do Estado. Considerando o fato de que o juiz titular do órgão estaria afastado de licença médica há muitos anos, diversos juízes participaram do feito: João proferiu decisões autorizando medidas cautelares antes mesmo da denúncia; Jorge foi o responsável pelo recebimento da denúncia e por analisar o teor das respostas à acusação apresentadas pela defesa; José participou da audiência de instrução e interrogatório dos réus. Após apresentação das alegações finais, diante da complexidade do processo e dos inúmeros volumes, o Tribunal de Justiça decidiu criar uma 5ª Vara Criminal especificamente para julgamento desse processo, impedindo que a 1ª Vara Criminal tivesse seu processamento dificultado pela dedicação do magistrado que lá atuava à sentença que deveria ser produzida. Com a sentença publicada, a 5ª Vara Criminal seria extinta.

Com base na situação exposta, a criação da 5ª Vara Criminal com o objetivo de proferir sentença no processo complexo:

- (A) é válida, mas não poderá ela ser extinta logo após a sentença ser publicada em razão da possibilidade de recursos;
- (B) não é válida, cabendo a João proferir a sentença em razão do princípio da identidade física do juiz;
- (C) é válida, podendo ela ser extinta logo após a publicação da sentença, nos termos previstos no ato do Tribunal de Justiça;
- (D) não é válida, cabendo a Jorge proferir a sentença em razão do princípio da identidade física do juiz;
- (E) não é válida, cabendo a José proferir a sentença em razão do princípio da identidade física do juiz.

98

Após denúncia em face de Nilton, sua defesa técnica apresentou exceção de suspeição do magistrado, bem como exceção de coisa julgada, tudo no prazo para apresentar resposta à acusação.

Para o correto processamento das exceções apresentadas, o serventuário do cartório deverá ter conhecimento de que o Código de Processo Penal prevê que:

- (A) a exceção de coisa julgada precede a qualquer outra, inclusive a de suspeição;
- (B) as exceções são processadas em autos apartados, suspendendo, em regra, de imediato o andamento da ação penal;
- (C) as exceções são processadas junto aos autos principais, não suspendendo, em regra, de imediato o andamento da ação penal;
- (D) a exceção de suspeição precede a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente;
- (E) as exceções são processadas em autos principais e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.

99

O processo perante o Juizado Especial Criminal é marcado pelo princípio da oralidade, informalidade, celeridade e economia processual, de modo que a Lei nº 9.099/95, que trata do tema no âmbito estadual, trouxe um procedimento próprio, conhecido como sumaríssimo.

De acordo com as previsões da Lei nº 9.099/95, em respeito ao princípio da:

- (A) economia processual, a competência do Juizado Especial Criminal é definida pelo local da consumação do crime, ainda que outro seja o local de sua prática;
- (B) celeridade, a citação a ser realizada no Juizado Especial Criminal poderá ser pessoal ou fictícia através de edital, esta no caso de o acusado não ser localizado;
- (C) economia processual, dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes e interessados, mas não os advogados constituídos e defensores, que têm a prerrogativa de intimação pessoal;
- (D) oralidade, serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos como essenciais, como denúncia, alegações finais e sentença, que devem, em regra, ser integralmente transcritos;
- (E) celeridade, a prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

100

Após comparecer em todos os endereços registrados em nome de Caio para citação e não o localizar e nem obter informações sobre seu paradeiro, o oficial de justiça certifica que o acusado se encontra em local incerto e não sabido. Verificada a veracidade do teor da certidão, deverá ser buscada a citação de Caio, de acordo com o Código de Processo Penal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- (A) com hora certa, desde que o oficial de justiça tenha comparecido ao menos três vezes no endereço do denunciado;
- (B) por edital, devendo conter nesse, necessariamente, o nome do réu, o nome do promotor responsável pela denúncia e do juiz que a determinar, sob pena de nulidade;
- (C) por edital, e, caso não compareça após o prazo fixado em tal modalidade de citação, ficará suspenso o curso do processo e do prazo prescricional, ainda que o acusado constitua advogado para essa ação penal;
- (D) por edital, não havendo nulidade se houver indicação do dispositivo da lei penal correspondente à inicial acusatória, embora não haja transcrição da denúncia ou resumo dos fatos em que se baseia;
- (E) por carta com aviso de recebimento, devendo o processo prosseguir caso, ainda assim, o acusado não compareça e nem constitua advogado.

Realização

